



ARTIGOS

Ações Participativas com Trabalhadoras Domésticas

Fomentando debates para visibilizar a profissão desde o passado escravista até a atualidade em Pelotas/RS

Marta Bonow RODRIGUES, *Universidade Federal de Pelotas*

Louise Prado ALFONSO, *Universidade Federal de Pelotas*

Flávia Maria Silva RIETH, *Universidade Federal de Pelotas*

Este texto visa apresentar alguns resultados do projeto *O trabalho doméstico entre o passado e o presente*, idealizado e desenvolvido por meio da parceria entre Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos/GEEUR, Museu de Arqueologia e Antropologia/MUARAN - ambos da UFPel - e o Sindicato das/os Trabalhadoras/os Domésticas/os de Pelotas. A aproximação entre Sindicato e MUARAN ocorreu para criação deste museu; posteriormente, o GEEUR se responsabilizou pelo projeto, que tem implicado em reflexões importantes sobre esse universo, com resultados efetivos para as trabalhadoras. Discorreremos especialmente sobre os frutos de uma oficina realizada no Sindicato, cujo tema principal foi a apresentação de dados históricos sobre trabalhadoras/es em Pelotas/RS, por meio de uma mostra de anúncios de mão de obra escravizada e/ou livre em jornais do século XIX. As especializações e as características exigidas para o desempenho do trabalho doméstico no passado escravista conduziram o debate para suas permanências na atualidade, e foram propostas ações que possam visibilizar essa profissão, na tentativa de minimizar seus estigmas históricos. Os processos de criação das primeiras ações geradas nessa oficina – uma exposição itinerante e a criação de uma logo para o projeto – aconteceram de maneira participativa, configurando a aproximação entre academia e comunidades que cotidianamente passam por processos de exclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadoras Domésticas. Escravidão em Pelotas. Relações de Afeto. Ações Participativas.



Este trabalho tem por objetivo apresentar resultados parciais do Projeto de Extensão intitulado “*O trabalho doméstico entre o passado e o presente*”¹, desenvolvido pelo GEEUR – UFPEL, em parceria com o Sindicato das/os Trabalhadoras/os Domésticas/os de Pelotas e o MUARAN - UFPEL. Tal projeto se desenvolveu, inicialmente, dentro da proposta de criação do MUARAN², como uma ação conjunta para a implantação participativa dessa entidade, cujo conceito se fundamenta nos preceitos da sociomuseologia (MOUTINHO, 2007; 2008; CHAGAS, 1994; 2009). Esses compreendem que as instituições culturais - neste caso, o MUARAN - são concebidas em parceria com diferentes segmentos da sociedade, o que possibilita transformações nas práticas museológicas, viabilizando a reelaboração de discursos para eliminar “posturas hegemônicas produzidas pelas elites” que conformaram os museus no decorrer da história (ALFONSO, 2012). Partindo-se dessa premissa, algumas entidades foram selecionadas³ para estarem representadas no MUARAN; nesse ínterim, o Sindicato das/os Trabalhadoras/os Domésticas/os de Pelotas foi indicado como grupo de interesse do museu, ainda no primeiro semestre de 2014.

Assim, por meio do contato entre representantes do MUARAN e do Sindicato, foi elaborada a proposta para uma primeira oficina, ocorrida em setembro de 2014, com o objetivo de compreender os interesses e as demandas das trabalhadoras domésticas, primando pelo afastamento do discurso colonialista que considera apenas o olhar do observador nas análises das relações entre homens/mulheres, artefatos, paisagens, etc., sem levar em consideração a compreensão da comunidade sobre si mesma (GNECCO, 2009). Já nesse primeiro evento foram valorizadas ações interdisciplinares que se configuraram como fundamentais para o entendimento do trabalho doméstico desde a escravidão, as suas permanências e suas transformações ao longo do tempo. Áreas como a História, a Antropologia, a Museologia e a

1 Fazem parte da equipe deste projeto de extensão, estudantes de graduação, e pós-graduação, vinculadas/os ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos/GEEUR e ao Museu de Arqueologia e Antropologia/MUARAN, além de trabalhadoras domésticas vinculadas ao Sindicato dos/as Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas.

2 O MUARAN tem por objetivo contemplar grupos que comumente não são representados nos museus tradicionais.

3 Para o primeiro momento do MUARAN, houve seleção de algumas entidades por meio de um sorteio, pois há uma grande quantidade de grupos com as características que configuram o museu, o que dificultaria a escolha imparcial de outra maneira. Com a concretização do MUARAN, paulatinamente vários outros grupos poderão ser incluídos.



Arqueologia, contribuem com diferentes olhares para a temática, gerando pesquisas que buscam resultados efetivos advindos dessa perspectiva de interação entre pesquisadoras/es e comunidade. Em algumas disciplinas, tais como a Arqueologia - que em inúmeros momentos trata de passados distantes, porém com importantes reflexos para a atualidade -, esse diálogo com o presente não costuma ser prioridade (RODRIGUES e ALFONSO, 2015); portanto esse trabalho interdisciplinar se tornou imprescindível para a obtenção dos resultados do projeto.

A partir dessa primeira oficina, o GEEUR passa a ser responsável por ações participativas voltadas para incentivar reflexões sobre o trabalho doméstico no passado escravista, especialmente na cidade de Pelotas/RS, e suas heranças na contemporaneidade. Essas ações provocaram e fomentaram debates a partir do resultado de pesquisas acadêmicas, aproximando-as do trabalho de extensão (RODRIGUES e ALFONSO, 2015). Nesse ínterim, o projeto que vem sendo desenvolvido pelo GEEUR tem como objetivos: buscar compreender de que forma as trabalhadoras domésticas percebem a sua atividade; entender as fronteiras de política e afeto que permeiam as relações no cotidiano; identificar o impacto da formalização da profissão nessas relações; dar visibilidade ao trabalho doméstico e tentar minimizar as consequências dos estigmas da profissão, promovendo a valorização da atividade por meio da integração das histórias dessas mulheres às exposições do MUARAN (RODRIGUES e ALFONSO, 2015).

Um Breve Apanhado sobre o Trabalho Doméstico no Brasil e em Pelotas

A gente precisa perceber que esse trabalho é muito importante, se não tiver uma doméstica fazendo o serviço, a patroa não vai poder sair pra rua pra trabalhar, ela teria que fazer esse serviço. É um trabalho importante, é uma categoria que é igual a todas as outras [categorias profissionais]. Precisa ter todos os direitos como os demais trabalhadores. (Ernestina Pereira - Presidente do Sindicato das/os Trabalhadoras/os Domésticas/os de Pelotas. 1ª Oficina MUARAN/Sindicato, 2014)

Para a classe média e alta brasileira, contar com os serviços de uma trabalhadora doméstica é se sentir distante da pobreza (GOLDSTEIN, 2003 *apud* BRITES, 2007. p. 3). Essa pobreza está



associada, historicamente, à sujeira, a vícios e à falta de moralidade; no entanto, foram essas mulheres que permitiram às de classe alta e, principalmente, de classe média, a possibilidade de desempenhar papéis “menos domésticos” (BRITES, 2007).

O trabalho doméstico no Brasil é uma atividade tipicamente feminina e carrega as heranças do passado escravista e agrupa discriminações de gênero, classe e “cor⁴” “ao eleger o papel específico da mulher negra na sociedade” (CRUZ, s/d). Esse trabalho ocupa um grande espaço na vida das mulheres negras e carrega os padrões estereotipados dos papéis estabelecidos pela escravidão acarretando a naturalização das desigualdades que está colocada nas sociedades atuais (DAVES *apud* HOOKS, 1995). Há permanências evidentes de elementos nesse trabalho desde o fim da escravidão no Brasil, quando as atividades eram exercidas majoritariamente por mulheres negras (NEPOMUCENO, 2013) e quando “a cor representava então aquilo que credenciava para a atividade e continua predominando no perfil da categoria na atualidade, em quase todo o país (com a exceção de cidades como Porto Alegre e São Paulo)” (PEREIRA, 2014).

Afora as questões sobre a centralização do trabalho nas mãos de mulheres, percebe-se uma característica geracional: há uma preservação das crianças e adolescentes, principalmente das classes média e alta, na relação à realização das tarefas domésticas (BRITES. In: BRITES e FONSECA, 2014). Sobre esse aspecto, ainda que mulheres negras fossem a maioria massiva atuando no trabalho doméstico, historicamente a atividade no Brasil era desempenhada por pessoas de diferentes faixas etárias e, especialmente durante os séculos de escravidão, algumas especializações eram fundamentalmente realizadas por indivíduos cativos, mulheres e homens, considerados capazes de atuar em um trabalho, podendo apresentar idades de 6 anos ou menos (GÓES e FLORENTINO, 2000; PRIORE s/d; RODRIGUES, 2015).

Na cidade de Pelotas, a exemplo de todo o Brasil, o trabalho doméstico está fundamentado essencialmente nas tarefas das mulheres escravizadas até a abolição da escravidão, no fim do século XIX. Com o advento da liberdade, grande parte das trabalhadoras libertas continuou atuando nas mesmas atividades laborais que exerciam quando cativas.

4 Utiliza-se “cor” no lugar de etnia ou raça a exemplo de pesquisadoras como PEREIRA, V. A., MENEGHEL, S. N, et. al., HOOKS, B., entre outras/os e, pela idéia das próprias trabalhadoras para quem a cor da pele aparece como um dos indicadores para a valorização ou desvalorização da profissão.



Essas tarefas eram consideradas degradantes e, portanto, desempenhadas somente por pessoas que realmente necessitavam desse trabalho para sua subsistência. Os temores da inserção dessas/es libertas/os na sociedade geravam tensões nas relações entre patroas/ões e empregadas/os, portanto, algumas leis específicas eram criadas em várias cidades brasileiras visando regular a conduta física e moral dessas/es servidoras/es (COSTA, 2014; RODRIGUES, 2015). Percebem-se permanências dessas relações na atualidade, através as narrativas de trabalhadoras: os espaços ocupados por elas e por seus/suas contratantes aparecem bem delimitados na casa, há separações de objetos de uso pessoal e a alimentação muitas vezes pode ser diferente das refeições usuais de outras/os habitantes da casa onde ocorre o trabalho (RODRIGUES e ALFONSO, 2015). O seguinte relato de uma sindicalizada demonstra essa separação em algumas casas onde trabalhou, ainda que aponte para as diferenças existentes entre as/os diversas/os contratantes:

Trabalhei em casas que tinha que entrar pela área de serviço, tu não comia a mesma comida; mas eu também trabalhei em casas de pessoas maravilhosas que me ajudaram muito, mesmo. Então a gente não pode botar todo mundo num saco só, mas tem casos e casos. (Narrativa de sindicalizada durante a 1ª oficina MUARAN/Sindicato, 2014)

Essa divisão de espaços está muito fortemente vinculada ao momento pós-abolição, aos receios da sociedade em relação à higiene, conduta e comportamento dessa camada trabalhadora, que abrangiam os grupos mais empobrecidos, incluindo ex-escravizados. Especialmente para as/os criadas/os de servir⁵ e para as amas de leite, regras foram impostas, já que essas/es trabalhadoras/es participavam ativamente do cotidiano da família e muitas/os eram contratadas/os temporariamente, diferentemente de grande parte das/os escravizadas/os que pertenciam a um/a proprietário/a (COSTA, 2013; RODRIGUES, 2015). Em todo Brasil, não existia um código legal que regesse as relações entre proprietárias/os e escravizadas/os domésticas/os até fins do século XIX (GRAHAM, 1992). Entende-se, dessa forma, que os contextos sociais em que as trabalhadoras domésticas atuais estão inseridas devem-se, em larga medida, a contextos passados, no sistema escravista e pós-abolição (RODRIGUES, 2015. p. 156).

⁵ Categoria utilizada até início do século XX, para trabalhadoras/es de serviço doméstico geral.



Reflexos diretos dessas heranças são observados nas leis atuais. Apesar de a Constituição Federal de 1988 apresentar adequações às leis trabalhistas para as domésticas, a regulamentação dos direitos e deveres não garante cobertura total, como o faz em relação a outras atividades laborais (CRUZ, s/d). Apenas em 2015 o Governo Federal sanciona a lei que garante mais direitos às trabalhadoras domésticas, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por exemplo, comum às outras categorias, na proposta conhecida como PEC das Domésticas (Proposta de Emenda Constitucional 72) (RODRIGUES, 2015. p. 151).

A busca pelo reconhecimento do trabalho doméstico através de políticas públicas e de estudos que buscam a visibilidade dessas atividades é uma constante para grande parte das trabalhadoras, pois a profissão é constantemente desvalorizada em relação às outras. Entretanto, deve-se tentar entender as relações entre contratantes e trabalhadoras em várias dimensões, pois essas relações ultrapassam as questões políticas, ainda que as perpassem. Observam-se situações em que as trabalhadoras se envolvem emocionalmente com as pessoas da família para a qual prestam serviço, como consequência da intimidade gerada pela proximidade característica desse trabalho (BRITES, 2007; BRITES e FONSECA, 2014; RODRIGUES e ALFONSO, 2015).

O Trabalho Doméstico e as Relações de Afeto

Em que pese a existência das claras divisões hierárquicas impostas entre contratantes e trabalhadoras, relações de afeto existem e vínculos emocionais são criados. Essas situações podem ocasionar uma permeabilidade das fronteiras entre trabalho e afeto e os direitos trabalhistas acabam sendo deixados em um segundo plano, em muitos casos (BRITES, 2007; BRITES e FONSECA, 2014).

É comum que esses vínculos se consolidem e, mesmo quando a trabalhadora exerce a função de diarista ou “faxineira” - em que não possui vínculo empregatício, essas relações de afetividade podem acontecer. Isso porque muitas trabalhadoras prestam serviços para a mesma casa durante longos períodos de tempo e se envolvem com o cotidiano das famílias, sabem “segredos”, conversam com os membros da família e há, então, um entrelaçamento e, ao mesmo tempo, uma separação entre o que se entende por obrigações e por extensão das relações afetivas dentro da casa, que nem sempre ocorrem de maneira



recíproca (RODRIGUES, 2015), como pode ser observado nas narrativas a seguir:

Isso faz muita confusão mesmo, eu mesma trabalhei numa casa que eles diziam pra mim: “bah, tu é nossa. Tu é da nossa família”. Aí eu digo: “ah bom, se eu sou da família, eu vou sentar na sala e vou ver televisão. O que vocês vão dizer? E a louça como vai ficar?” Porque eu não sou da família. Eu gosto muito deles e sei que eles gostam muito de mim, mas eu não sou da família. Eu tenho que cumprir o meu serviço. (Narrativa de diarista durante oficina MUIRAN/Sindicato, 2014)

Por isso que vem essa conversa de família, só que os da família ele não vai botar a trabalhar de graça. O patrão, na orientação que foi passada na antiguidade das escravagistas, é de que ela é pobre e tem que trabalhar de graça pra mim. Se ela não puder, eu boto outra que depende disso e faz pra mim. Essa conversa é antiga e essa conversa se reproduz. (Narrativa de sindicalizada durante oficina MUIRAN/Sindicato, 2014)

Quando esses limites entre direitos e afetividade são ultrapassados, as trabalhadoras acabam por desempenhar atividades além do que é previsto em seus contratos:

Eu faço de tudo, lavo roupa, cozinho, faço faxina, lavo janela, banheiro, faço tudo. [...] fora as outras coisas que ela [a patroa] inventa que não são normais. [...] ela pediu pra eu descer lá embaixo porque o vidro do carro dela tava com cocô de pomba... Eu acho que é muita escravidão. (Narrativa de sindicalizada durante oficina MUIRAN/GEEUR/Sindicato, 2014)

Por isso, segundo Ernestina Pereira, presidente do Sindicato, apesar de se criarem laços de afetividade, é necessário que, tanto contratantes, quanto contratadas conheçam seus direitos e deveres:

Eles [contratantes] se entregam, a gente se entrega. Eles dizem: são da família [trabalhadoras/es], são considerados da família... [...] “senta na mesa, vamos almoçar e comer juntos...” [...] Nós temos uma senhora aqui perto, a Dona Terezinha, que ela começou a trabalhar em casa de família, ela não casou, não teve família, não teve filhos e hoje ela tá sendo colocada num asilo porque ela tá velha. Não dá pra trabalhar mais, tá doente. Aí eles largam como se fosse o quê? ... por um animal a gente tem amor... Daí quando fica velha, nos chutam. [...] É importante porque nós temos que ter amor, é obrigação tratar os outros com educação e amor. Agora, não que a gente vá tratar e se considerar da família. Não. A gente não se considera, não. A gente é empregada, a gente quer saber dos direitos da gente. [...] Tem gente



que não tem conhecimento, não sabe os direitos. (Ernestina Pereira, 2014)

As narrativas acima propiciam uma reflexão a respeito do legado que a escravidão e o pós-abolição deixaram no Brasil. Por um lado, tem-se a ideia de que a trabalhadora faz parte da família e, por outro, há um acúmulo de atividades. E, embora leis determinem as atribuições das domésticas, há sempre o condicionante de não se saber exatamente quais são essas atribuições. Adiciona-se a isso o receio da substituição da trabalhadora por outra, caso não cumpra o que lhe foi definido; propicia-se, então, uma jornada de trabalho híbrida, mesclando trabalho assalariado adicionado a um certo trabalho servil (CRUZ, s/d).

É complicado. Eu vejo que é frágil, ainda, a legislação, porque quem é que vai cuidar? Quem vai entrar na residência pra controlar? Pra fazer essa fiscalização? É muito complexo tudo isso. Se a gente for analisar essa estrutura, na verdade a gente tem que mudar a mentalidade em toda a população. A mentalidade do patrão, do próprio trabalhador, porque ele mesmo vai ter que fiscalizar. [...] E se o patrão quiser participar, a gente fica feliz. (Narrativa de sindicalizada durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014)

Quando a trabalhadora fala que “se o patrão quiser participar, a gente fica feliz” mostra o quanto as posições sociais ainda são distantes e isso está claramente demonstrado quando a participação do patrão no cumprimento das leis é algo a ser celebrado (RODRIGUES, 2015).

Se por um lado, há uma luta por reconhecimento de direitos, por outro, os laços afetivos entre contratantes e contratadas parece ser importante fator, em muitos casos, quando se fala na problemática em desempenhar atividades dentro do espaço de intimidade de suas/seus patroas/ões:

[...] pode ser um casal muito desleixado... [...] pegar algum patrão alcoólatra, ter que cuidar com os produtos de limpeza [a trabalhadora “fiscaliza” as atitudes do patrão alcoólatra, para que não ingira produtos]. [...] Toda hora limpar banheiro com vômito... Pensar o afeto é importante porque a gente tá dentro da intimidade das famílias. [...] Acho que em alguns momentos a gente acaba se deparando com algumas coisas no cotidiano do trabalho que são muito difíceis, que se a gente não tem afeto é muito difícil. (Narrativa de sindicalizada durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014)

A permeabilidade das fronteiras entre afeto e trabalho parece ser constante, portanto é necessário que se introduza novas reflexões acerca



da profissão. Para tanto, Brites (2007) e Brites e Fonseca (2014) propõem pensar a atividade como um cuidado com a família e não mais apenas como uma tarefa braçal; assim, as relações afetivas não seriam deixadas de lado e o trabalho seria visto mais próximo aos serviços de saúde e menos ao de limpeza.

As Ações Desenvolvidas na Primeira Oficina e seus Resultados

Pensando em um percurso histórico do trabalho doméstico em Pelotas, os pontos principais da primeira oficina, foram discussões originadas, especialmente, por meio de imagens de anúncios sobre trabalhadoras/es (escravizadas/os, libertas/os e livres) presentes em jornais pelotenses do século XIX. Esses anúncios são de compra, venda, aluguel, empréstimo, troca, etc, de trabalhadoras/es, e contém descrições de aspectos físicos e comportamentais, bem como descrevem sexo, idade e especializações atribuídas a essas pessoas. Alguns exemplos de anúncios utilizados na apresentação podem ser vistos a seguir:

Precisa-se alugar uma escrava, de *conducta affiançada*, para *cosinhar* e lavar em uma casa de pouca família. (Diário de Pelotas, n. 125, quarta-feira, 5 de junho de 1878. p. 3).

Ama de leite – aluga-se uma livre, e de bom comportamento; quem pretender dirija-se à rua 24 de Outubro, em frente à venda do Sr. José Valente. (Diário de Pelotas, n. 176, terça-feira, 8 de agosto de 1876. p. 3)

Ama de leite - na Casa de Confiança, na rua Andrade Neves n. 107, precisa-se alugar uma ama de leite que seja carinhosa e sadia. (Jornal do *Commercio*, n. 41, quinta-feira, 20 de fevereiro de 1879. p. 3)

Precisa-se alugar um criado de 10 *annos* e pouco mais ou menos. Para informações à rua Sete de Setembro N. 25. (Jornal A Discussão, n. 176, terça-feira, 7 de agosto de 1883. p. 3)

A apresentação das imagens contendo esses anúncios norteou as discussões nessa oficina, em que quatro pontos fundamentais foram apontados para serem debatidos entre ministrantes das oficinas e trabalhadoras/es domésticas/os:

1) Quem fazia o trabalho doméstico?



- 2) O que era o trabalho doméstico?
- 3) Quais as qualificações para o trabalho doméstico?
- 4) Quais eram as condições do trabalho doméstico?

Essas perguntas eram seguidas de anúncios de trabalhadoras/es do século XIX e, conforme indica Rodrigues (2015), demarcavam as pessoas que desempenhavam o trabalho doméstico nos anos de escravidão.

Para a primeira pergunta, aparecem nos jornais mulheres pobres, escravizadas, libertas e livres de todas as idades; negras e brancas; alguns homens, especialmente escravos em faixas etárias até os 15 anos. Para a segunda, apresentaram-se as especializações dos trabalhos, tais como ama de leite (com ou sem filho), lavadeira, criada de servir, ama seca, mucamo, copeiro, cozinheira e cozinheiro, etc. Para a terceira, eram observados anúncios contendo a exigência da conduta e comportamento das/os trabalhadoras/es, como conduta afiançada, bom comportamento, de confiança, etc. E para a última pergunta, mostramos as condições das/os trabalhadoras/es: livres, libertas/os ou escravizadas/os. A cada bloco das questões com anúncios do século XIX, seguia-se a pergunta para as trabalhadoras atuais: E hoje? Todas/os as/os participantes traziam suas visões e suas experiências e localizavam o debate na contemporaneidade.

Durante as discussões foi possível identificar o trabalho doméstico em vários âmbitos. Um dos primeiros aspectos que merece atenção diz respeito a mulheres e homens desempenhando a atividade, na escravidão e nos dias atuais. Há uma permanência, desde a sociedade oitocentista, do desenvolvimento do trabalho por mulheres. Os homens, segundo as informações das sindicalizadas, atualmente estão voltados principalmente para a jardinagem e outras tarefas externas à casa. Embora Ernestina Pereira diga que “não importa a cor, hoje temos domésticas negras, brancas, temos homens que são domésticas” (2014), percebe-se a presença massiva das mulheres. Foram apresentados alguns anúncios de homens, tais como:

Mucamo - na loja da *Estrella*, precisa-se de um mucamo de 12 a 15 *annos*, para todo o serviço e de *conducta* afiançada. (Jornal do *Commercio*, n. 93, sábado, 26 de abril de 1879. p. 3)

Copeiro - precisa-se alugar um moleque de 13 a 15 *annos* de idade, para o serviço de copeiro em uma casa de família. Trata-se na rua S.



Miguel n. 185. (Jornal do *Commercio*, n. 14, quarta-feira, 18 de janeiro de 1882. p. 2).

As questões relacionadas ao trabalho do mucamo e do copeiro foram alvo de surpresa, uma vez que, segundo a narrativa de uma sindicalizada, nos dias atuais “o machismo coloca o homem distante das vidas do lar” (2014). As imagens, portanto, geraram discussões que ultrapassaram questões essencialmente ligadas ao trabalho doméstico e chegaram a questões de gênero e “cor”. Cabe salientar que há um vínculo entre o Sindicato e o Movimento das Mulheres Negras de Pelotas. Algumas lideranças do Sindicato participam do Movimento e dos eventos atrelados a ele.

Nas apresentações, houve uma identificação mais direta da maioria das trabalhadoras com algumas tarefas anunciadas nos jornais (excetuando os serviços de ama de leite): os de criada, mucama, lavadeira, engomadeira, ama seca (babá). E essa identificação foi absolutamente importante para delinear uma nova compreensão, entre as participantes da oficina, sobre o trabalho doméstico como um cuidado com a família, como propõem Brites e Fonseca (2014). Na contemporaneidade, no entanto, ainda que as especializações em alguns casos sejam exigidas, como cozinheira ou babá, a maior parte dos trabalhos são abrangentes e as tarefas não ficam bem definidas, ou há o abuso por parte das/os contratantes, para o desempenho de atividades que inicialmente não estavam dentro do acordo no contrato.

Dentro do que se entende como um dos abusos, apresentado por várias trabalhadoras, está o passeio com os cães da família. Esse serviço não cabe no que se compreende por trabalho doméstico; entretanto muitas domésticas acabam por fazê-lo. Ou mesmo com a cozinha, que não faz parte das atividades e, muitas vezes, há a pressão para que a trabalhadora prepare o alimento para a família de contratantes. Assim, as trabalhadoras apontam para o excesso de tarefas domésticas e a falta de definições maiores para o desempenho das mesmas, e comparam essas atividades às apresentadas nos anúncios, ainda que esses apresentem algumas mulheres escravizadas:

Antes era só pra passar, era só pra passar [A trabalhadora que estava a serviço da família]; era só pra cozinhar, era só pra cozinhar, e agora não. Agora é “serviços gerais”, é tudo. Serviços gerais... ..tem empregada doméstica que faz de tudo, se quiser [se contratante exige que a tarefa seja realizada] lavar uma parede, tu lava; se quiser lavar um forro, tu lava. De tudo... ..e não tem, assim, que vai fazer só o



serviço da casa, só passar roupa, é só passar roupa, só cozinhar é só cozinhar, não é, é diferente de antigamente. Antigamente era só roupa e ganhava aquele valor só na roupa, cozinha era só na cozinha. Tem pra cozinheira [atualmente], mas pra lavadeira... ...é mais geralmente em lavanderia. Casa de família não tem só pra lavar roupa e passar roupa; é todo o serviço, é todo o serviço. (Narrativa de sindicalizada durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014)

Quanto à questão sobre as qualificações dos anúncios, o debate trouxe elementos especialmente interessantes. A idade é fator importante, além de muitas mulheres terem começado a trabalhar antes dos 15 anos, segundo as informações, é difícil a contratação após seus 45, 50 anos. Sobre a ama de leite, com ou sem filho/a, nos anúncios, as participantes da oficina indicaram que, se alguma delas têm filho/a com menos de 2 ou 3 anos de idade, em geral não conseguem emprego, por conta dos cuidados que essa criança exige: devem deixá-la em uma creche ou com pessoas contratadas para esse fim, o que se torna dispendioso economicamente; ou devem levá-la ao trabalho, o que as/os contratantes não permitem, na maioria dos casos.

Preferência que não tenha filhos menores, porque o filho atrapalha. [...] Se tu tem filho de três anos, dois anos, tu não pega serviço. [...] Se tem sete anos daí pode pegar, se tem alguém para deixar. (Narrativas de sindicalizada durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

O anúncio apresentado na oficina em que aparece a qualificação “carinhosa” exigida para ama de leite incitou as questões de quem é capacitada, atualmente, para cuidar de crianças. Uma das trabalhadoras trouxe a seguinte narrativa:

Existe uma maneira diferente né? Cuidar de criança... ...que tenha experiência em cuidar de criança, um monte de coisa... Aí, agora é diferente; antes era carinhosa, agora pede saber cuidar de criança, elas perguntam se tu tem filho, se tu sabe cuidar... ... se já não tem filho como é que vai saber cuidar de uma criança? Eles preferem mais alguém que já tenha experiência com seus próprios filhos. (Narrativa de sindicalizada durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

Interessante perceber essa problemática que permeia a maternidade. Se por um lado, ser mãe de crianças pequenas pode ser um problema para conseguir trabalho, por outro, a experiência com suas/seus filhas/os pode ser um aditivo no currículo no momento da procura pelo emprego.



Outro ponto levantado, ainda, foi a exigência, em muitas casas, de uma carta de recomendação dos trabalhos anteriores da doméstica; essa carta foi imediatamente atribuída às qualificações exigidas das/os trabalhadoras/es nos anúncios de jornais.

Geralmente nos trabalhos anteriores é o patrão que dá referência. “Ah! Essa é de confiança.” “Faz um bom trabalho”. “É uma boa cozinheira.” [...] a pessoa que vai empregar eles ligava para o patrão, pro antigo patrão, pra pegar referências. [...] Me pediu uma carta de recomendação onde ia meu nome, meu telefone e lá aonde elas iam trabalhar me ligavam para eu confirmar aquela recomendação. (Narrativas de sindicalizadas durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

A contrapartida, entretanto, não existe. O que seria uma carta de recomendação “sobre os patrões”, que indique quem são as pessoas para as quais as trabalhadoras irão prestar serviço, não é prevista nos contratos, ainda que seja indicada por elas como uma forma de atribuir maior segurança às contratadas.

Todas as questões estão interligadas e, para a última pergunta, as respostas abrangeram todos os elementos debatidos nas anteriores. A discussão geral, no entanto, foi balizada no problema da falta de limites e definições sobre quais são os serviços que devem ser desempenhados pelas trabalhadoras, sobre a existência atual de trabalho escravo em todo Brasil (em vários setores) e sobre como as tênues fronteiras entre trabalho e afeto podem acabar configurando o trabalho escravo – isso, pelo excesso de serviço sem a devida remuneração. E, ainda, existe uma grande quantidade de trabalhadoras contratadas informalmente, que não buscam seus direitos legais para o desempenho da profissão e nem os conhecem, em muitos casos.

A minha mãe trabalha há 40 anos; começou a trabalhar com 22 anos e hoje ela já está com 63 anos. Já faz 40 anos que ela trabalha pra essa família. A empregada doméstica acaba sendo explorada, a gente morava na casa dos patrões da minha mãe, eu morei lá 12 anos, depois que a gente conseguiu casa. Então a minha mãe veio trabalhar no emprego, veio trabalhar e morar no emprego. Então, ela acabava trabalhando o dia todo e não recebia nada a mais por isso, recebia aquele salário mínimo e não recebia nada a mais. Acho que sem uma lei, a empregada doméstica acaba sendo explorada. (Narrativa de sindicalizada durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).



Todos esses debates geraram propostas para dar visibilidade às trabalhadoras, o que resultou, imediatamente, em um conceito de exposição itinerante realizada em pontos específicos de Pelotas – todos indicados pelas próprias trabalhadoras – e na criação de uma logomarca para o projeto. Esses foram os primeiros passos em busca da atenção às demandas.

A logomarca do projeto foi idealizada a partir de indicações das trabalhadoras domésticas. Após os primeiros esboços, a versão final foi definida em uma oficina posterior, com a apresentação das propostas e a escolha do design pelas participantes. Essa marca aparece em todos os banners das exposições, bem como em outros materiais: folders, apresentações e palestras sobre o projeto. A montagem dessa logo foi especialmente interessante, pois abarcou uma materialidade que é atenção da disciplina de Arqueologia. De acordo com Thomas (1999), o mundo material não está isolado das relações sociais; os artefatos estão diretamente implicados no modo pelo qual criamos, damos sentido e conduzimos as vidas diárias. Assim, as especificidades que deveriam estar presentes na marca abrangiam os objetos utilizados diariamente por essas trabalhadoras, bem como a questão da “cor” e a atitude de luta para demonstrar o sinal do empoderamento. Todos os elementos que foram solicitados pelas trabalhadoras estão estampados na imagem: uma mulher com uma gama de tons na pele, representando todas as mulheres que vivem dessa atividade; o lenço na cabeça, mostrando a proteção do cabelo, o cuidado com a higiene pessoal (evitando que produtos decorrentes das tarefas afetem os fios e o couro cabeludo), para além do cuidado de higiene da casa; uniforme para proteção da roupa, em tom lilás, cor dos movimentos feministas; luvas para proteção das mãos; balde, um dos objetos de uso diário no trabalho; e o mais importante: a mão levantada em sinal de empoderamento na luta pelos direitos trabalhistas e das mulheres⁶.

6 O lenço é de cor vermelha, o balde, cinza e a luva, amarela – as cores desses elementos foram escolhidas por questões estéticas em conjunto com as trabalhadoras.



Logo criada para o projeto. Arte: Simone Ortiz, 2014.

Além da logo, foram produzidos cinco banners para a exposição cujo nome é o mesmo do projeto, “O Trabalho Doméstico: entre o Passado e o Presente”, e cada um apresenta um tema que constitui as discussões realizadas a partir das atividades, dentro de uma perspectiva interdisciplinar, porém atentam para os preceitos do método etnográfico:

“O Trabalho Doméstico no Museu”;

“O Trabalho Doméstico na História de Pelotas”;

“A Luta e o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas”;

“O Trabalho Doméstico na Atualidade: Direitos e Cuidados na Família”;

“O Trabalho Doméstico na Atualidade: Outras Vozes”.

Esses banners são a materialização dos resultados das discussões na primeira oficina e de pesquisas acadêmicas sobre a temática. Ressalta-se que esses painéis passaram pelo mesmo processo da logo e também foram finalizados posteriormente. A cor lilás utilizada de fundo nos banners, as fotografias utilizadas, os textos criados foram discutidos conjuntamente, bem como a escolha dos relatos das trabalhadoras que iriam compor esses materiais.

Como apontado anteriormente, os locais para exposição itinerante foram definidos pelas trabalhadoras domésticas e, desde abril



de 2015, os banners circulam por diversos lugares de Pelotas⁷; hoje os banners estão sob a responsabilidade do Sindicato. Cabe aqui destacar que o local de maior interesse selecionado pelas trabalhadoras trata-se de um hipermercado do município, que se negou a permitir que a exposição que trata de direitos trabalhistas acontecesse em suas dependências.

Até o momento, a exposição passou por seis locais em Pelotas: as duas primeiras no saguão do Instituto de Ciências Humanas/ICH-UFPEL, outras duas no Mercado Público de Pelotas e a última no Chafariz da “Esquina Democrática” – no calçadão do centro da cidade, essas em 2015. Em 2016, houve uma exposição no evento Dia do Patrimônio de Pelotas⁸, durante o qual as trabalhadoras tiveram oportunidade de apresentar seu universo em um dos casarões históricos do centro da cidade. Buscou-se a maximização do acesso, com a preferência pelo espaço público que várias trabalhadoras domésticas da cidade frequentam. A exposição buscou discutir o tema considerando os diferentes pontos de vista da população que a visitou (SILVA e RIETH, 2015).

Durante a exposição, foram acompanhadas as falas e as impressões de visitantes, entre as/os quais, havia trabalhadoras domésticas; elementos sobre as relações entre contratantes e contratadas estão entre os assuntos mais abordados. Relatos sobre as vantagens e desvantagens das atuais leis das domésticas, bem como sobre as relações de afeto, aparecem durante as visitas às exposições. Há uma tentativa constante do Sindicato em conscientizar as/os trabalhadoras/es que visitam a exposição, sobre seus direitos e deveres. Ainda, há diálogos com contratantes dessas trabalhadoras sobre esse mesmo tema (SILVA e RIETH, 2015). A exposição tem propiciado diferentes abordagens e

7 Cabe salientar que o Sindicato se apropriou de todo esse trabalho conjunto, levando esses banners para eventos em todo o Brasil, para visibilização da profissão; o que celebra um resultado de uma conexão sempre pretendida pelos projetos de extensão: a parceria entre academia, instituições de ensino e pesquisa e as comunidades.

8 O Dia do Patrimônio é um evento organizado pela Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas e que ocorre desde 2013 e tem por objetivo abrir para o público geral, prédios considerados patrimônio da cidade (alguns tombados ou registrados em níveis federal, estadual e/ou municipal) e abrangem, principalmente, casarões do centro histórico da cidade, construídos no século XIX, nos quais, muitas vezes, a população não consegue acessar, pois são prédios particulares ou que comportam diferentes segmentos da Prefeitura. Durante três dias, há visitas e debates sobre patrimônio material e imaterial da cidade.



discussões a partir de novas narrativas, uma vez que os públicos atingidos são diversos em cada local.

Cabe destacar que o banner mais abordado na exposição é o histórico, “O Trabalho Doméstico na História de Pelotas”, que, conforme seleção de imagens feita pelas trabalhadoras durante as oficinas, contém uma fotografia de uma mulher negra carregando uma criança branca nas costas⁹. Puderam ser notadas diferentes reações às imagens e aos textos desse painel, desde o foco das atenções sobre a criança branca, com elogios à sua beleza, até discussões momentâneas partindo da inconformidade (e mesmo indignação) de algumas pessoas (brancas, classe média) com uma exposição cujo foco é a trabalhadora doméstica e, especialmente, a trabalhadora negra.

Todo o processo das oficinas e da exposição foi acompanhado por uma pesquisa bibliográfica sobre diferentes temáticas discutidas ao longo das ações e foi realizada a digitalização do acervo do Sindicato que contém documentos impressos, fotografias e livros. O projeto está ativo e entrevistas com lideranças e membros do Sindicato e com trabalhadoras não-sindicalizadas têm sido realizadas, assim como trabalhos etnográficos sobre o tema.

Conclusões

As atividades na oficina possibilitaram debates, por parte das trabalhadoras, sobre características que permanecem como herança de um passado escravista. Reflexões sobre diferentes formas de trabalho servil hoje, que abrangem a demora para a aprovação da lei que beneficia as trabalhadoras domésticas e discussões sobre esse trabalho como única possibilidade de renda e sustento de algumas famílias guiaram as ações que valorizaram as diferentes narrativas e histórias de vida das participantes das ações. Através de relatos dessas mulheres e de algumas contratantes, e levando-se em conta as diferenças em um mesmo ambiente de convívio (neste caso, o Sindicato), foi possível perceber a compreensão de diferentes indivíduos da sociedade sobre essa profissão.

Os debates acerca das divisões dos espaços físicos e objetos, utilizados pelas trabalhadoras e pelas/os contratantes dentro da casa, o excesso de tarefas sem a devida remuneração, a tênue fronteira entre

⁹ Foto: “Negra com uma criança branca nas costas – Bahia, 1870”. (Acervo Instituto Moreira Salles)



trabalho e afeto que pode gerar esses excessos, entre outros, são focos de discussões sobre a profissão na atualidade. Todos esses aspectos foram abordados e reflexões têm sido realizadas para continuar pensando ações para dar visibilidade e minimizar as consequências dos estigmas da atividade.

A exposição itinerante favorece a apresentação das perspectivas das trabalhadoras sobre elas mesmas para a sociedade e o espaço público é aproveitado pelas lideranças do Sindicato para a distribuição de folders sobre movimentos feministas, movimentos de mulheres negras e sobre o próprio trabalho doméstico, divulgando as novas leis trabalhistas.

Essa aproximação entre trabalhadoras e universidade, por meio do trabalho de extensão, fomenta discussões que podem ser efetivas na busca para transformações sociais. Nesse aspecto, é importante ressaltar que uma das demandas das domésticas é a viabilização de cursos de formação, pois há o entendimento que um diploma ou certificação legitimaria suas atividades diante da sociedade. Uma das propostas de continuidade do projeto, portanto, é propor, através do GEEUR, um curso de extensão com temáticas diversas de interesse para as trabalhadoras. Portanto, somente é possível compreender as demandas das trabalhadoras, por meio dos diálogos das/os pesquisadoras/es com a comunidade.

As perspectivas interdisciplinares atuais nos trabalhos junto às comunidades viabilizam um processo para atender as demandas desses grupos; para as trabalhadoras domésticas, compreender o universo de suas atividades, bem como retirá-las do espaço privado e levá-las ao público, propicia um princípio de visibilização dessas mulheres, valorizando-as e propiciando um acréscimo nas lutas em busca por igualdade de direitos.

Referências

ALFONSO, Louise. P. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. 2012. Tese. (Doutorado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRITES, Jurema; FONSECA, Cláudia. Cuidados profissionais en el espacio doméstico: algunas reflexiones desde Brasil - Diálogo entre J.



Brites y C. Fonseca. **R. de C. Sociales**. Facultad Latinoam. de C. Sociales – Quito, n. 50, sep/2014, pp.163-174.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, n. 29, jul-dez/2007, pp. 91-109.

CHAGAS, Mário de S. Novos Rumos da Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**. n. 2, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 1994.

CHAGAS, Mário de S. O Campo de Atuação da Museologia. **Cad. de Sociomuseologia: C. de E. de Sociomuseologia**, América do Norte, 2, Maio/2009.

COSTA, Ana Paula do A. **Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880 – 1894)**. Dissertação. (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

COSTA, Ana Paula do A. Trabalhadores do setor doméstico na cidade do Rio Grande. **Cadernos do LEPAARQ**. UFPEL, v. 11, n. 22, 2014.

CRUZ, Jamile C. da. **O trabalho doméstico ontem e hoje no Brasil: legislação, políticas públicas e desigualdade**. Trabalho solicitado como requisito avaliativo da disciplina Teoria Política: Estado, Sociedade e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Bahia, s/d. Disponível em <http://periodicos.ufes.br> (Acesso em 21/11/2014)

GNECCO, Cristóbal. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistêmica a la relacionalidad. **B. M. P. E. Goeldi**. C. H., Belém, v. 4, n. 1, jan-abril/2009, pp.15-26.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravizadas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 178-191.

GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência: criadas de servir e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



HOOKS, Bell. Mujeres negras: dar forma a la teoria feminista. In: _____; BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela; Anzaldúa, Gloria (Orgs.). **Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras**. Madrid: Traficantes de Sueños. 1984/2004. pp. 33- 50.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, IFCS/UERJ e PPCIS/UERJ, v.3, n.2, 1995, pp. 464-478.

MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. **Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v. 13, n. 3, 2005. pp. 567-583.

MOUTINHO, Mário. Definição evolutiva de Sociomuseologia. **XIII Atelier Internacional do MINOM**, Setembro. Lisboa: Lisboa Setúbal, 2007.

MOUTINHO, Mário. Os Museus como instituições prestadoras de serviços. **Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias**, n.12, 2008.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 382-409.

PEC das Domésticas – Projeto de Emenda Constitucional 72. **Governo Federal**. Brasil, 2015. Disponível em [www.brasil.gov.br>Governo](http://www.brasil.gov.br/Governo). 2015>6 (Acesso em 03/06/2015)

PEREIRA, Virgínia Areias. **Herança escravocrata e trabalho doméstico remunerado: rupturas e permanências**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2012.

PEREIRA, Virgínia A. Pesquisa Empregadas. **LEC – Estudos Avançados de Cultura Contemporânea** (blog). Jan/2014. Disponível em <http://culturacontemporanea.blogspot.com.br/2014/01/pesquisa-empregadas.html> (Acesso em 18/11/2014)

PRIORE, Mary Del. “A Criança Negra no Brasil”. **Construir Notícias** (blog). s/d. Disponível em <http://www.construirnoticias.com.br/asp/materia.asp?id=523> (Acesso em 31/10/2014)



RODRIGUES, Marta B. “*A vida é um jogo para quem tem ancas*”: **uma arqueologia documental sobre mulheres escravizadas domésticas em Pelotas/RS no século XIX**. Dissertação (Mestrado em Antropologia – Linha de Formação em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

RODRIGUES, Marta B.; ALFONSO, Louise P. O Trabalho Doméstico entre o Passado e o Presente. **Anais de Congresso de Extensão e Cultura**. Congresso de Extensão e Cultura – CEC – da Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPEL, Pelotas, v. 1, 2015.

SILVA, Maysa L. RIETH, Flávia S. Quando a rua vira casa: notas sobre a exposição de banners sobre trabalho doméstico na cidade de pelotas. **Anais de Congresso de Extensão e Cultura**. Congresso de Extensão e Cultura – CEC – da Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPEL, Pelotas, v. 1, 2015.

THOMAS, Julian. A materialidade e o social. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, suplemento 3, 1999, pp. 15-20.

Registros Orais

Áudio gravado durante a oficina realizada pelo MUARAN (UFPel) em parceria com GEEUR (UFPEL) e Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas, em 21 de setembro de 2014.

**Marta Bonow RODRIGUES**

Mestra em Antropologia - Área de Concentração em Arqueologia pela Universidade Federal de Pelotas/UFPel; Graduanda do Bacharelado em Antropologia - Linha de Formação em Arqueologia pela UFPel; Graduada em Medicina Veterinária pela UFPel.

Louise Prado ALFONSO

Docente do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas/UFPel; Pós Doutora em Arqueologia pela UFPel; Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia/MAE da Universidade de São Paulo/USP; Mestra em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP; Bacharela em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Flávia Maria Silva RIETH

Docente do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas/UFPel; Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS; Mestra em Antropologia Social pela UFRGS; Licenciada em Ciências Sociais pela UFRGS.

Recebido em: 23/05/2017

Aprovado em: 14/08/2017